

## ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <sup>(1)</sup> (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.149.124.412,83	21.092.471,93	
Pessoal Ativo	732.472.583,41	15.096.623,65	
Pessoal Inativo e Pensionistas	416.651.829,42	5.995.848,28	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	214.693.494,71	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.276.560,87	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>(2)</sup>	212.416.933,84	0,00	
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	934.430.918,12	21.092.471,93	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)		955.523.390,05	

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	600.187.794.660,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,159204%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4344%	2.580.807.517,04
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4127%	2.451.767.141,19

Fonte: Siafi Gerencial 2011 e 2012; Portaria nº 544, de 18 de setembro de 2012 (RCL)

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.  
(2) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondentes às fontes de recursos 56 e 69.

Fernando Luiz Souza Eira  
Secretário-Geral de Administração  
Eugênio Paccelli de Paula Corrêa  
Secretário de Controle Interno  
José Eliomá Oliveira Albuquerque  
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

## Poder Legislativo

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PORTARIA Nº 10, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Câmara dos Deputados, nos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 3º da Portaria nº 15, de 15 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º O desembolso financeiro mensal do Órgão Câmara dos Deputados com os gastos dos grupos "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos", de acordo com a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e com o Decreto de 25 de junho de 2012, publicado no DOU de 26 de junho de 2012, Seção I, página 14, passa a ser o constante do Anexo I.

Art. 2º O desembolso financeiro mensal do Órgão Câmara dos Deputados com gastos do grupo "Pessoal e Encargos Sociais", de acordo com a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, o Decreto de 14 de junho de 2012, publicado no DOU de 15 de junho de 2012, Seção I, pag. 8, e a Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012, publicada no DOU de 31 de julho de 2012, Seção I, página 01, passa a ser o constante do Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO MAIA

## ANEXO I

#### CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2012 OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS

MÊS	LIMITE MENSAL	R\$ 1,00
Janeiro	22.000.000	
Até fevereiro	72.000.000	
Até março	137.000.000	
Até abril	200.000.000	
Até maio	263.000.000	
Até junho	326.000.000	
Até julho	389.000.000	
Até agosto	461.000.000	
Até setembro	524.145.000	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012092700134

Até outubro	587.290.000
Até novembro	650.435.000
Até dezembro	916.890.909

## ANEXO II

#### CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2012 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

MÊS	LIMITE MENSAL	R\$ 1,00
Janeiro	244.000.000	
Até fevereiro	534.000.000	
Até março	774.000.000	
Até abril	1.014.000.000	
Até maio	1.369.000.000	
Até junho	1.609.000.000	
Até julho	1.849.000.000	
Até agosto	2.089.000.000	
Até setembro	2.369.525.000	
Até outubro	2.650.050.000	
Até novembro	2.930.575.000	
Até dezembro	3.440.425.002	

## Poder Judiciário

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 520, DE 26 DE SETEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, considerando os artigos 54, inc. III e parágrafo único, e 55, §2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo nº 8.376/2012, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2012, nos termos do Anexo.

Min. CÁRMEN LÚCIA

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		R\$ Milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1 57 . 454	5 . 4 05	
Pessoal Ativo	1 2 1 . 031	5 . 405	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3 6 . 423	-	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38 . 618	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	2.492	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	83	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.043	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1 18 . 8 3 6	5 . 405	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1 2 4 . 24 1	

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	600 . 187 . 795
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,02 0700
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,043969
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041770

FONTE: SIAFI Gerencial, COFIC/SOF/TSE, 14/09/2012 às 15h e 30m.

<sup>1</sup> Valor referente à Portaria STN nº 544, de 18/9/2012.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SU-CON/STN-MF.

ALCIDES DINIZ DA SILVA  
Diretor-Geral

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA  
Secretária de Controle Interno e Auditoria

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Planejamento, Orçamento,  
Finanças e Contabilidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.